



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.ª

Aprova o Orçamento do Estado para 2020

Proposta de aditamento

Título I

Disposições Gerais

Capítulo X

Outras disposições

Artigo 164.ºA

Reforço da Ação Social Escolar no Ensino Público obrigatório

1 – Os escalões de apoios no âmbito da Ação Social Escolar previstos no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, e no Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, são alterados nos seguintes termos:

- a) Escalão A abrange o Escalão 1 e 2 do abono de família;
- b) Escalão B abrange o Escalão 3 do abono de família;
- c) Escalão C abrange o Escalão 4 do abono de família.

2 – Os valores da comparticipação para o material escolar são fixados em € 14, €12 e €10 euros, respetivamente, para os escalões A, B e C.

3 – Os valores da comparticipação para alojamento em residência familiar no ensino secundário são fixados em 20% do IAS/mês (x10), 13% do IAS/mês (x10) e 10% do IAS/mês (x10), respetivamente, para os escalões A, B e C.

4 – Os valores da comparticipação para as visitas de estudo são fixados em €30, 20€ e €10, respetivamente, para os escalões A, B e C.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

5 – Os valores da comparticipação para a alimentação são fixados em 100% no caso dos Escalões A e B e em 50% para o escalão C.

Assembleia da República, 17 de janeiro de 2020

Os Deputados,

Duarte Alves

Bruno Dias

João Oliveira

Ana Mesquita

Nota justificativa:

A Ação Social Escolar deve criar condições de igualdade de acesso e sucesso escolares a todos os alunos dos ensinos básico e secundário e promover medidas de apoio socioeducativo destinadas aos alunos de agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações financeiras.

As despesas com a frequência da escolaridade obrigatória têm um peso enorme nos orçamentos familiares. Está constitucionalmente definido que “todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar” e que incumbe ao Estado “Assegurar o ensino”.

Com esta proposta pretende-se reforçar os apoios de ação social escolar não só na sua abrangência, mas também nos valores dos diversos auxílios económicos, designadamente, alojamento, material escolar, alimentação e visitas de estudo.

O PCP valoriza a Escola Pública e continuará a intervir para garantir que seja gratuita, de qualidade, democrática e para todos.